



40 anos
UnB à frente!

Lauro Morhy
organizador geral

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA



UnB

Ao longo de 2002 quando comemora seus quarenta anos, a UnB convidou toda a sociedade brasileira a participar do amplo debate preparatório à escolha do dirigente da Nação. Para tanto, foi instalado, em fevereiro de 2002, o Fórum *Brasil em Questão*, com o objetivo de estimular a troca de idéias sobre propostas e ações indispensáveis à superação dos grandes desafios nacionais.

Brasil em Questão foi concebido em dois períodos distintos. A primeira etapa, de fevereiro a julho, foi o momento de discussão sobre onze questões-chave da agenda do País. O resultado deste amplo esforço foi apresentado à sociedade em agosto de 2002, com o lançamento do primeiro volume do livro *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*. Já a segunda etapa do Fórum *Brasil em Questão*, realizada entre os meses de agosto e setembro, buscou ampliar a visibilidade do debate entre a sociedade brasileira e os candidatos à Presidência da República. Para tanto, vieram à UnB em momentos distintos

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto
Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente
Antônio C. de Matos Paiva
Carlos Alberto Rodrigues da Cunha
Carolina Martuscelli Bori
Flávio Rabelo Versiani
Inocência Mártires Coelho
Gileno Fernandes Marcelino
Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*
Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*
Decano de Ensino de Graduação: *Michelângelo Giotto S. Trigueiro*
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*
Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*
Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmair Weidle*
Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*
Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*
Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*
Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Editores responsáveis: Regina Marques

Tânia Costa

Adler Andrade

EQUIPE EDITORIAL

PROF.ª DR.ª WÂNIA DE ARAGÃO-COSTA E BEL.ª CARMEM GALVÃO (Preparação de Originais e Revisão)

FERNANDO BRANDÃO E FRANKLIN CRUZ (Editoração Eletrônica)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Projeto Gráfico)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook- *Getty Images*)

Degração e Transcrição: Tânia Costa e Regina Marques

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão 2: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Universi-
 dade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro :
 Editora Universidade de Brasília, 2002.
 264p.

ISBN 85-230-0705-8

1. Política – Brasil. 2. Cidadania. 3. Universidade.
4. Eleição presidencial – Brasil. I. Morhy, Lauro
(organizador)

CDU – 32(81)

324(81)

342.71

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 9

Parte I

Discursos e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto Ciro Gomes 15

14 de agosto Anthony Garotinho 63

04 de setembro Luiz Inácio Lula da Silva 97

Parte II

Respostas Fórum *Brasil em Questão*

José Serra 141

José Maria de Almeida 159

Rui Costa Pimenta 181

Parte III

Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

Documento da ANDIFES
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior 201

Proposições da ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	207
Carta da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância	229
Contribuição da ABRUEM Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais	233
Carta de São Paulo 4º Congresso Nacional de Educação – CONED Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública	247



Discurso e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto
Ciro Gomes

14 de agosto
Anthony Garotinho

04 de setembro
**Luiz Inácio Lula
da Silva**

Parte I

Discurso e respostas

Ciro Gomes

Resumirei, o que é uma compreensão do problema estratégico brasileiro e as pistas do que seria um projeto nacional de desenvolvimento alternativo, caso a Frente Trabalhista, que eu represento, obtenha êxito na disputa pela Presidência da República em seis de outubro.

Nosso ponto de vista começa, telegraficamente falando, com três premissas teórico-doutrinárias.

A perversão neoliberal, que nos é vendida como ciência, sendo ideologia de quinta categoria, tirou, de boa parte da elite brasileira, a compreensão de que globalização não pode ser entendida como um fenômeno no qual o País se possa integrar passivamente. Fatos absolutamente práticos demonstram isso.

A condição de produzir, de gerar empregos, pagar salários, incorporar jovens ao Mercado de trabalho, não é global, é intrinsecamente nacional, a despeito da massiva propaganda ideológica que se faz em contrário. A taxa de juros, condição central do financiamento de uma economia, não é global. No mundo rico, ela varia de meio por cento ao ano, no Japão, a quatro por cento ao ano, na Europa, passando por um ponto, setenta e cinco por cento ao ano nos Estados Unidos.

A capacitação tecnológica, o estágio de modernidade tecnológica fundamental aos modos de empreender, de produzir, de pagar salários, também não é global. Há uma brutal concentração do domínio tecnológico em poucos países do mundo rico e o Brasil está hoje defasado, em média, três gerações tecnológicas em relação a estes países.

Outra questão é a do financiamento. Lembramos que, no Brasil, paga-se de juros, para descontar uma duplicata no comércio, entre três e quatro por cento ao mês, enquanto a taxa de juros global não passa de quatro por cento ao ano.

Por fim, a dimensão de escala da economia. Parece assunto tecnocrata, economês, mas não é. No nosso país, sete em cada dez empregos são gerados por pequenas empresas, que, por definição, se apresentam para competir no Mercado em pequena escala. Não é preciso ser economista para entender que a escala de uma economia tem uma relação direta com a distribuição de renda que se pratica nesta economia. No Brasil, temos uma das piores distribuições de renda do Planeta. Já chegamos ao limite selvagem em que um por cento dos brasileiros acumula dezoito por cento da riqueza nacional. Poucos países do mundo organizado têm tal perversa distribuição de renda.

O que significa escala? Uma mega-empresa global produz bens e serviços que, pelo volume produzido, chegam ao Mercado com preços muito baixos, pois seus custos de produção são otimizados e seu lucro pode ser reduzido à fração de centavos. Invariavelmente, na prática, o preço final de um produto ou serviço prestado por um *globalplayer*, que trabalhe em grande escala, é mais barato do que o custo de produção de uma empresa que trabalhe em pequena escala, e, no Brasil, sete em cada dez empregos são em empresas de pequeno porte.

Por essas três contundentes variáveis e mais por uma evidência empírica que já se demonstra para além de uma reflexão teórica, o Brasil não pode mais aceitar participar passivamente de uma ordem internacional desigual, perversa, o que nos remete à necessária discussão de novo projeto nacional para adotarmos nova forma de inserir o País no mundo.

Duas outras variáveis, também práticas, indicam as pistas de quais são as tarefas e ao grande debate nacional, como a contribuição que esta Universidade presta à sociedade, uma colaboração rara, porque, infelizmente na média, as Universidades brasileiras desprestigiadas como estão, sendo empurradas para uma certa impotência, não conseguem cumprir o seu papel de ser o cérebro estratégico do País. A UnB dá, mais uma vez, a demonstração excepcional de seu papel histórico no Brasil.

Primeiro ponto, quando a taxa de juros em uma economia põe-se acima da média de lucro dos negócios, da agricultura, da indústria, dos serviços, da pecuária, do comércio, esta economia passa por simples circunstância: os setores que têm dinheiro não vão investir em produção ou geração de empregos para terem um lucro menor do que teriam se aplicasse esse dinheiro na especulação financeira. Os amplos setores da economia brasileira, que não têm capital e que precisam desesperadamente de crédito para investir, não vão tomar dinheiro emprestado para colocar em negócio cujo lucro é menor do que os juros que têm de pagar para o Banco. Isto é uma bobagem na economia e há certa censura da elite brasileira para que o povo, não entendendo esta chave, não compreenda que temos de fazer uma confrontação de interesses em conflito distributivo e hierarquia de prioridades.

A segunda premissa, também muito simples, para qualificar uma metodologia que o brasileiro médio precisa de ser ajudado a entender, é que o País tem de se desenvolver. O papel da

Universidade e de seus estudantes é fundamental nisso, considerada a dificuldade da maioria do nosso povo e também a vulgaridade de certas mediações, muito mais entregues à futrica política, dossiês, calúnias, do que ajudar o povo pedagogicamente a entender seu processo histórico.

Todos falamos em desenvolvimento e não há saída para o nosso país. Não há solução para nenhum dos nossos passivos: o estrangulamento da energia; a destruição das estradas; a perda de um em cada três mestres e doutores na Universidade Pública brasileira por arrocho salarial e terrorismo previdenciário; o ângulo social em que trinta e três milhões de brasileiros estão passando fome, cinqüenta milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza; o aspecto econômico/financeiro em que um milhão e setecentos mil jovens chegam ao Mercado de trabalho, procurando seu primeiro emprego e encontram o Mercado de trabalho fechado ou exigindo experiência de uma escola pública que não prepara nem mesmo para o vestibular, quanto mais para o Mercado de trabalho.

A dívida interna brasileira cresceu nos últimos sete anos de 61 para 750 bilhões de Reais, e dizem que isto não é assunto do governo. A dívida leva hoje 93 bilhões de Reais dos cofres públicos enquanto se gastam 13 ou 14 bilhões de Reais em educação. Só para se fazer uma comparação prática, o cofre é o mesmo. Por isso, esses assuntos, não sendo populares, são tarefa de uma militância republicana: fazer todo o possível para ajudar a sociedade entender esses estrangulamentos. Ou o País se desenvolve ou não teremos saída.

Desenvolvimento, essa é outra premissa, não é consequência de boa-fé ou promessas bem intencionadas. Só há desenvolvimento se houver investimento. Só há investimento se houver poupança ou estrutura de crédito que é antecipação de poupança futura. Esse ponto é a pista de um árido debate, difícil mas profundamente necessário.

No Brasil, estamos com a menor taxa de crescimento econômico dos últimos cinquenta anos porque está estrangulada a equação poupança, crédito e investimento. Poupança vem de três fontes: da pública, da privada nacional ou do Exterior. A poupança pública brasileira é explosivamente negativa. Entre o que o governo arrecada, que é uma montanha de dinheiro, e o que paga com juros, especialmente com juros para fazer frente às suas dívidas, fica um rombo monstruoso. Assim, não há excedente de poupança pública hoje que sustente desenvolvimento.

A poupança privada, estagnada a economia, está reprimida a números muitos baixos em torno de dezoito por cento do PIB e boa parte dela, pelos altos juros, está voltada não para o investimento que gera emprego, mas para o financiamento do rombo das contas do governo, por este galope da dívida pública. Nós, brasileiros, “levados no bico”, na enganação, de que seremos salvos dessa tragédia coletiva pelo capital estrangeiro, o que nos obriga a praticar a cartilha do bom moço internacional, que é dado pelo receituário ultra-ortodoxo e tecnicamente ruinoso do FMI. Compreendo muito bem que não são expressões simples, não é um discurso de acesso fácil para a linguagem popular. Mas eu só desejo mesmo ser presidente do Brasil se conseguir êxito em construir mediações entre a Academia, entre os intelectuais, os artistas, os sindicalistas, o empresariado nacional brasileiro, na política, no amplo espectro de centro-esquerda que tenha certos pactos com setores conservadores da pequena propriedade rural, do médio e do pequeno empresário nacionais, do industrial nacional que tenha tradição de comportamento ideológico mais à direita, mas que, à luz dessa confrontação, que ao resgate da autonomia brasileira para reafirmar um projeto nacional, terão um papel indispensável, pois os inimigos externos são muito poderosos. Eles vão tentar impedir essa integração por todas as

forças, considerado o interesse estratégico que nosso país representa no mundo e o papel que o Brasil tem de produtividade central na América Latina e de parcerias estratégicas novas que podem, no futuro, confrontar com uma ordem internacional monopolar, unilateralista, que não respeita sequer os tratados internacionais.

Assim sendo, propomos novo projeto de Brasil, para ser melhorado pela crítica da sociedade brasileira, pelo o que há de melhor da nossa inteligência, porque todas essas questões são muito difíceis, muito complexas. O problema brasileiro não é só trocar o fulano que nos governa hoje por um beltrano cheio de boas intenções. Se fosse assim, seria fácil. O problema brasileiro é de modelo, é de instituições, é de forma de inserção internacional e as soluções existem. O Brasil tem base tanto física quanto humana para experimentar um projeto rebelde a estas interdições ideológicas que, volto a dizer, nos vendem como ciência, sendo ideologia de quinta categoria, como é a perversão neoliberal.

O projeto nacional de desenvolvimento, para o qual eu peço a crítica da sociedade brasileira, na direção de aperfeiçoar um programa final de governo, está resumido em quatro grandes blocos de tarefas.

Não falarei das obviedades do discurso político convencional, da prioridade ao emprego, à segurança, à educação, à saúde, à infra-estrutura em energia e estradas, porque é um consenso definitivo. Há uma retórica política em todos os partidos e nunca se deixou de se comprometer o povo nestas prioridades. Queremos participar, além desses pontos, que são também os meus e somam à minha retórica e ao meu compromisso.

O primeiro bloco de tarefas tem por objetivo estratégico construir, no Brasil, um alto nível de poupança vinculada ao investimento produtivo nacional. O objetivo tático é eliminar os rombos das contas brasileiras que nos deixam de joelhos diante da agiotagem internacional. Em outras palavras, é construir um

volume de poupança vinculada ao investimento que financie uma taxa desejável, por baixo, de cinco por cento de crescimento produtivo. Esta taxa, acredito, resolveria os nossos problemas. A médio e longo prazo, o Brasil poderia experimentar um ciclo sustentável de desenvolvimento, capaz de incorporar os jovens, os ganhos de produtividade que estão expulsando homens e mulheres do trabalho na medida em que os substituem por robôs e máquinas.

O segundo bloco de tarefas é a distribuição de renda. Tentar consertá-la, de uma vez por todas – vacinados de ilusões de políticas sociais compensatórias que até cumprem um papel tático e de transição, mas não podem desviar o melhor do pensamento progressista brasileiro para a crença de que política social compensatória (cesta básica, bolsa escola) e outros tipos de bolsas terão, no futuro, um efeito estrutural de mudança no perfil perverso, selvagem de distribuição de renda no Brasil.

O terceiro é procurar afirmar o Brasil, tanto internamente quanto na interação internacional, de forma a resgatar sua autodeterminação. A soberania nacional brasileira afirmada não com nacionalismos excludentes, não com xenofobia particularista que exclui o Brasil de ampla integração aos valores da humanidade, mas afirmar essa integração resgatando o conceito de interesse nacional que, no livro da UnB, *Brasil em Questão*, é chamado, muito propriamente, de “Brasildade”.

O quarto e último bloco de tarefas tenta consertar uma engenharia política que aperfeiçoe, modernize e avance em uma radicalidade democrática as instituições político-representativas do País. Que tenha convicção sólida de que os problemas brasileiros têm solução, que temos base humana, base física, temos talento, energia, biodiversidade, água, terra, minerais, petróleo, enfim tudo com abundância. Temos de consertar instituições políticas que ao moralizarem, ao darem garantias à sociedade de maior controle

sobre sua representatividade façam que finalmente elas, além de seus interesses eleitorais, governem comprometidas com as maiorias não-edificadas em *lobies* de grupo de pressão e oligarquias que acabam influenciando a titularidade do poder no Parlamento, no Executivo e no Judiciário.

O primeiro bloco de tarefas especializa-se por meio da poupança. A poupança de uma sociedade não é fatalista ou obra do acaso. É consequência, em toda a história humana, de arranjos institucionais que a política faz ou deixa de fazer. No caso brasileiro, eu advogo quatro passos para que consigamos começar a elevar o nível de poupança e investimentos necessário para alavancar o desenvolvimento de que tanto precisamos.

O primeiro é mudar o modelo de cobrança de impostos. Nossos impostos punem a produção, punem os salários principalmente da classe média que precisa de pagar dobrado para viver, pois paga imposto e paga também plano de saúde, mensalidade escolar, segurança particular e previdência social privada. Eu advogo um modelo tributário que, com as gradualidades necessárias, com a transição prudente necessária, porque não se fazem reformas do dia para a noite, seja modelo moderno, simples, que tire os impostos da produção e dos salários e desloque, para o consumo das classes sociais mais altas e para a incorporação dos ganhos especulativos de capital e de propriedade, o peso central de financiamento de um Estado realmente poderoso para poder realmente intervir nos pontos que necessitam da sua efetiva interferência.

O segundo passo é mobilizarmos a sociedade brasileira para um grande debate em torno da reestruturação das bases do financiamento da previdência social brasileira. Ela está falida e não é, como afirma a retórica conservadora, pela despesa. Isto é uma inverdade grosseira. Treze milhões de aposentados recebem duzentos Reais de aposentadoria, o que não é suficiente para pagar

duas caixas de remédios para combater o alto colesterol. No setor público, onde há uma ira a desmoralizá-lo, pois faz parte da satanização do Estado, desmoralizando seus agentes para que o dogma neoliberal se fixe, a média de aposentadoria é de um mil e trezentos Reais, e é claro que é muito mais do que duzentos Reais, mas não é abuso algum tendo em vista o custo de vida do País.

Se previdência social está quebrada pela despesa é porque existe a informalidade brutal, do maior desemprego da história que já vitimiza mais de onze milhões de brasileiros, pela malversação, da corrupção e da impunidade que ainda vige largamente nas estruturas da administração pública brasileira. É meta reestruturá-la em bases modernas de capitalização pública. Não permitimos a privatização da previdência social para que não sofra o mesmo corte de recursos que ocorreu com a saúde pública, com a educação pública que afastou a classe média do patrocínio político desses serviços que são centrais à sociedade brasileira.

O terceiro passo estratégico é a superação do rombo nas contas externas do País. O Brasil está posto de joelhos diante do dogma financista internacional não propriamente por vassalagem dos governantes, mas porque termina este ano com um rombo de vinte e um milhões de Dólares, produzido pelo atual modelo econômico. A imprudência em galopar a dívida externa de cento e vinte e oito para duzentos e cinquenta bilhões de Dólares somente neste período de governo faz que o Brasil tenha de pagar aos bancos internacionais este ano vinte sete bilhões de Dólares, além dos vinte e um bilhões de Dólares. Isso mostra porque o Brasil está prostrado na dependência de fluxos internacionais de capital. Esta vontade compreensível de resolver a golpes de valentia o problema não é solução. Se o Brasil não conseguiu resolver uma equação sustentável para superar esse desequilíbrio, se esta frase feita de João Valentão de fora FHC, fora FMI for praticada, teremos de

volta uma enorme inflação e estaremos lesando o crédito público com gravíssimas conseqüências para a sociedade brasileira. Como temos uma moeda vinculada a um regime de câmbio flutuante, na hora em que não tivermos uma equação sustentável, a moeda desvalorizar-se-á e a relação será para cada dólar quatro ou cinco Reais. Como os insumos de vários produtos são importados e, portanto, pagos em Dólar, com a desvalorização do Real, os preços explodem na mesma hora e os salários compram menos produtos.

Por exemplo, importamos quase todo o trigo que consumimos, pois não conseguimos produzir internamente. O trigo é matéria-prima para o pão e para o macarrão, alimentos que o povo pobre ainda pode comer. Se desvalorizamos a moeda brasileira, o trigo ficará imensamente caro. Não só o trigo, mas também os remédios, pois oitenta e seis por cento da química fina da indústria farmacêutica também é importada.

É claro que gostaria de que isso não acontecesse. Acredito que a solução existe, porém não é simples e não será encontrada a golpes de João Valentão. Na hora em que um governante de oposição receber sob suas costas desvalorização da moeda e volta pesada da inflação, acontecerá com ele o que ocorreu com um grande argentino, que era homem de bem, bem intencionado, patriota, que vinha do campo da luta do povo argentino e em seis meses foi expulso do palácio pela porta dos fundos precipitando uma crise. Quem quiser pode pedir para si essa responsabilidade, eu não a quero. Só quero a responsabilidade em que estiver ao alcance de honrar para a sociedade brasileira.

O quarto e último objetivo, do nosso modelo de construção de mudança e de libertação do Brasil do capital estrangeiro é o manejo austero da dívida brasileira. Praticados esses três passos: o modelo tributário, o modelo previdenciário sustentável, a superação do *deficit* externo, assim a taxa de juros cai e, então,

pode-se administrar a dívida em ambiente já de expansão da economia sem inflação.

O segundo objetivo estratégico é consertar a distribuição de renda do País. Distribuir renda é ampliar a participação dos salários na renda nacional. Distribuir renda é abrir um consistente acesso à terra para os trabalhadores que nela querem e possam trabalhar. Distribuir renda é garantir a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas e é passar da retórica à prática dos orçamentos à prioridade para reconstrução dos fundamentos da escola pública brasileira. É ampliar a pré-escola, fazer um choque de retreinamento e qualificação no magistério do primeiro e do segundo grau. Abrir uma variante, que não substitua, mas seja profissionalizante de ensino médio, e assumir compromisso claro de um projeto de autonomia da Universidade Pública brasileira, que, hoje sucateada, só pode oferecer 4,2 por cento de matrícula aos jovens de dezenove aos vinte e quatro anos. É uma taxa absolutamente ridícula, caso se tenha em mente que os americanos oferecem oitenta por cento de vagas aos jovens.

O terceiro bloco de tarefas é a afirmação da soberania nacional brasileira. Isto dar-se-á por um movimento interno. Nenhum país pode ter boa política industrial de comércio exterior, nem boa política de participação nas agências multilaterais ou suas relações bilaterais, se não tem coesão interna em torno de alguns objetivos estratégicos para o País.

Celebrar um eixo central com um projeto nacional de desenvolvimento e estabelecer amplo consenso na sociedade é premissa para, de fato, afirmarmos soberanamente a relação do Brasil no cenário internacional. A diretriz não é tirar o Brasil da convivência internacional, isto é impraticável. É positivo participar dos fluxos de poupança, do domínio tecnológico, do domínio estético-cultural, de preservação do meio ambiente, do cultivo do respeito aos direitos

humanos, do cultivo da democracia como ponto fundamental da convivência das pessoas com seus Estados. Mas é absolutamente indispensável que o País traga de volta, ao seu manejo, ferramentas de autodeterminação. Por exemplo, a substituição de importações, a política agrícola subsidiada na medida em que entendemos necessária. Política rígida de propriedade intelectual. Não podemos aceitar passivamente as interdições em matéria de propriedade intelectual que se fazem, em coisas que o princípio ativo, às vezes, pode até ter sido biopiratedado da própria fauna e flora brasileira.

Outro exemplo é as compras governamentais. Não há razão senão a prostração à ideologia, que não nos interessa, para que o Brasil não faça de suas compras uma ferramenta de estímulo para expandir a nossa base produtiva e em condição de dar emprego ao povo brasileiro.

O quarto e último objetivo estratégico é a reforma política. Volto a dizer que tudo no Brasil é viável, mas não o será em um jogo pequeno, convencional de governo contra oposição, em tentativas aplicadas dentro dos gabinetes e dos palácios em Brasília. Claro que o ritual há de ser por compromisso com a democracia, com o absoluto e devido respeito ao estado democrático. Não acredito em salvadores-da-pátria, em napoleões bonapartes, em autoritários. Com estes estou descompromissado. Não quero ser presidente do Brasil se alguém depositar a ilusão de que eu, de forma solitária, teria condição de fazer alguma coisa positiva para o Brasil.

Por isto a necessidade de novas instituições que devolvam à política sua respeitabilidade perdida. No Brasil hoje a sociedade, também muito por preconceito, deixa prosperar a impressão desagradável de que a política é um “pardieiro” de pilantras, de enganadores, de corruptos, generalizando maus exemplos impunes para todos os que têm militância nessa área. Este é um preconceito muito maléfico, mas compreendemos as razões. Assim, temos de

tratar das instituições que possam ajudar o povo a voltar a ter entusiasmo pela vida coletiva, entusiasmo pela participação comunitária e pela participação na política.

Proponho o financiamento público de campanhas. Um sistema eleitoral de listas fechadas que fortaleça os partidos políticos e garanta a verdadeira fidelidade que o povo busca, que é o compromisso com o programa e não com os ajuntamentos de ocasião. Estamos propondo que aquilo que já está na Constituição brasileira, que consiste no princípio de que a democracia brasileira se afirma de forma representativa diretamente pela população, como está escrito, saia efetivamente do papel, se transforme em prática rotineira convencional, como está sendo também discutido pela Convenção da Comunidade Européia. Plebiscitos e referendos não para emparedar de forma populista o Congresso Nacional – o único poder que tem a faculdade de convocar plebiscitos e referendos –, mas como uma fórmula generosa e democrática de dar poder à sociedade para que ela possa-nos ajudar a resolver conflitos entre um Brasil organizado pelas minorias, cujos interesses estão bem protegidos, e os interesses da maioria que sempre são prejudicados. Essa maioria está desorganizada, atomizada, desinformada, e dela se lembram ciclicamente quando precisam do apelo demagógico das eleições.

Com esses conjuntos de providências, não tenho a menor dúvida de que o Brasil muda e muda para melhor.

Muito obrigado.

RESPOSTAS AO *BRASIL EM QUESTÃO*

■ **Pergunta nº 1:** O senhor colocou que há a necessidade de se aprofundarem mecanismos de democracia direta, como plebiscitos referendos, etc. Quando o senhor lançou essa discussão, criou-se grande polêmica porque, junto a isso, também estava colocada a dissolução do Congresso. A polêmica, surgiu porque o senhor afirma que, com o nosso presidencialismo, os poderes do Presidente da República são excessivos, às vezes. Essas duas medidas – a possibilidade de o Presidente dissolver o Congresso e, em momento de impasse, com o Congresso, consultar diretamente a população para resolver os impasses – podem acabar tornando mais um instrumento de força do Presidente. Eu gostaria de saber exatamente quais são, concretamente, as medidas dessa parlamentarização para diminuir a força do Presidente.

Ciro Gomes: De novo há uma desonestidade intelectual no arraial desesperado das forças governistas. Em tudo que se refira à quebra do monopólio de poder que se estabeleceu no Brasil entre os plutocratas, ou seja, esse baronato que tomou conta do País, que suborna, que faz dossiês, que detona reputações com a maior leviandade; criam um nervosismo e o ato contínuo à desonestidade é o conselheiro.

A polêmica sobre o salário mínimo virou imediatamente uma tentativa de desqualificação. Usando truques matemáticos, o salário mínimo brasileiro de referência em comparação com o Dólar, tem hoje um dos menores valores históricos. Tenta desqualificar o que é a verdadeira discussão: ampliar a participação dos salários na renda nacional. Nos últimos meses o salário mínimo definiu mais de onze por cento.

Em 1995, escrevi um livro junto com o professor Roberto Mangabeira, da Universidade de Harvard, contra o marco neoliberal. O título do livro é *O Próximo Passo uma Alternativa Prática contra o Neoliberalismo*.

Neste livro, os autores refletem sobre a cultura de impasses que o presidencialismo tem-nos apresentado no conforto dos gabinetes acadêmicos, o que não o desqualifica, mas também não pode ser usado para desqualificar a militância política. Eu jamais vou pedir a alguém que esqueça o que penso ou escrevo.

Como o Mangabeira é presidencialista e eu parlamentarista por convicção, em nossas discussões, eu defendia as virtudes do parlamentarismo. Uma delas, a meu juízo, é a responsabilidade da maioria parlamentar pelo bom andamento dos negócios de Estado e da economia. O presidencialismo tem uma contradição insanável que é de ser o Presidente da República o responsável pelo bom andamento dos negócios de Estado e pelo bom andamento da economia, mas a moldura institucional, base para os negócios do Estado, é construída no Parlamento. Na América do Norte este modelo funciona, porque, depois de uma guerra civil, eles não têm mais discussão institucional, nenhuma demanda tem mais relevância. O Presidente dos Estados Unidos tem o poder de representar o país nas relações internacionais, comanda as forças armadas. Além disso, lhe restam muito poucas outras atribuições, pois eles também têm uma federação originária de uma confederação com alto grau de delegação institucional de poderes aos estados-membros. Lá, por exemplo, até o direito processual penal é de cada estado e cada um tem seu código.

A Constituição de 1891 no Brasil, na sequência da Proclamação da República, imitou o presidencialismo americano encerrando o período mais longo de estabilidade e altamente fecundo da história brasileira que foi o período parlamentar com Pedro II.

A partir daí, naturalmente, o parlamentarismo vira um mecanismo oportunista para atrapalhar momentos de vontade de mudanças profundas reveladas pela sociedade como mais recentemente não deixar o Lula chegar ao poder. A tese que é boa foi usada de forma picareta e o povo repudiou, e com razão, o parlamentarismo. Agora somos um país presidencialista, por vontade popular recém apurada por plebiscito.

O que faremos com a lógica de impasses que levou, no passado, um Presidente ao suicídio, outro à renúncia, recentemente um outro ao *impeachment* e outro mais contemporaneamente a essa crônica desagradável de fisiologia e mal explicada de compra de votos. Será que não é possível o País encontrar uma engenharia institucional capaz de atenuar essas crises? Estamos propondo trazer novamente à discussão o sistema de governo, para ser criticada, sem imposição, pois esse tema só prosperará por emenda constitucional e com três quintos da Câmara Federal e do Senado Federal estando de acordo. Não há menor chance de uma emenda constitucional prosperar, em um regime democrático, no estado de direito com que temos compromisso, se não houver o consenso da sociedade. Então por que aterrorizar as pessoas, falando de uma intenção malévola que não há? O que há é uma tentativa, bem intencionada, de propor um debate a ser discutido pela sociedade, se podemos, ou não, usar plebiscitos e referendos sempre que houver impasses centrais que ameacem colapsar a cooperação das instituições brasileiras. Isso significa dar ao povo a faculdade de votar.

Vale lembrar que só o Congresso Nacional pode convocar plebiscito; portanto, em hipótese alguma poderá ser convocado para fechar o Congresso. Eu não tenho a menor vocação para tal. Lembro que fui deputado por dois mandatos. Fui Prefeito e manejei com uma Câmara de Vereadores. Fui Governador e

maneei com uma Câmara de Deputados. Fui Ministro da Fazenda e maneei com o Congresso Nacional. Não há um precedente que não seja de absoluto apreço, respeito, carinho e admiração pelo Parlamento que considero ser o santuário das liberdades. Venho defendendo o Parlamento brasileiro, o que não é tarefa fácil, porque a sociedade vê os maus exemplos, vê as impunidades e generaliza. Tenho dito que o Parlamento brasileiro é substantivamente bom e o que tem acontecido é que ele é constrangido a votar pelos setores organizados, pelos *lobies*, pelos grupos de pressão. O povo não acompanha, participa ou é informado, não como culpado, mas como vítima do monopólio da informação que, infelizmente, é outra forma de manipulação de poder que cada vez mais se estabelece no Brasil.

Mediador: O senhor me desculpe, mas a minha pergunta foi: qual o mecanismo que o senhor está propondo para diminuir o poder do presidente?

Ciro Gomes: Exatamente esse. Dar poder ao Congresso Nacional. Dar poder à sociedade para que ela possa, em momentos de conflitos, resolver os impasses.

■ **Pergunta nº 2:** Ainda no capítulo das reformas estruturais, o senhor coloca a discussão sobre o equacionamento da dívida pública, agora agravada pela crise cambial. Entre outras medidas, o senhor coloca a necessidade de, por um lado, aprofundar a política atual de alongamento dos prazos da dívida interna e, por outro, não admitir, direta ou indiretamente, a responsabilidade pública pelo pagamento da parte amplamente majoritária da dívida externa que é privada. Gostaria de que o senhor tentasse explicar isso um pouco melhor e queria que o senhor explicasse a

questão da CC5. Afinal, vai ser possível ao capital que entra no Brasil – o capital externo – às empresas internacionais e nacionais levarem o dinheiro para fora?

Ciro Gomes: Eu já tentei explicar isso no primeiro bloco de tarefas que consertam a equação de poupança e investimento, que sustenta o desenvolvimento brasileiro, minimizando ao máximo a dependência do capital externo.

O problema da dívida interna brasileira é que temos uma dívida interna em Reais que cresceu de sessenta e um para, em números redondos, para setecentos e cinquenta bilhões de Reais nestes últimos sete anos, período em que se privatizaram setenta bilhões de Dólares e se torrou esta montanha de dinheiro financiando atividades, com uma taxa de câmbio populista para fins de reeleição a qualquer custo.

O funcionalismo público está há oito anos sem reajuste de seus vencimentos. A Polícia Federal está impotente para combater a crescente organização do crime no Brasil e, ontem, a Universidade Federal do Rio de Janeiro teve a sua energia cortada por falta de pagamentos. Isto é só para caricaturizar a decomposição da infra-estrutura brasileira.

Em relação à dívida interna, só o tamanho é preocupante. Mas, internacionalmente, na teoria econômica, ao se referir à dívida, fala-se em PIB. A sanidade de um país é avaliada quando se compara o tamanho de sua dívida com seu PIB, que é a soma de todas as riquezas que um país produz em um ano. Essa dívida era, no início do atual governo, de vinte quatro ou vinte e seis por cento do PIB. Hoje ela é de cinquenta e oito por cento do PIB. Teoricamente é pagável, porque a Itália, por exemplo, deve cem por cento do seu PIB. Esse argumento conservador do atual governo diz que não nos devemos preocupar. Acontece que a dívida

da Itália vence em décadas, enquanto a brasileira vence toda em trinta meses. O País tem setecentos e cinquenta bilhões de dívida, vence em trinta meses, dando vinte e poucos bilhões por mês e o País arrecada em torno de catorze ou quinze bilhões líquidos na mão da União. Em suma, a dívida pública brasileira vence em prazo absolutamente insuportável. O Brasil vai gerar, neste ano, um *superavit* de trinta e quatro e meio por cento do PIB, matando todos no arrocho da despesa e do sistema tributário, e vai gerar um dos maiores *superavits* primários do mundo ao redor de vinte cinco, vinte seis bilhões de Reais, e a dívida vai levar uns cento e sete bilhões de Reais de juros.

Propomos dar um passo que mude a reforma tributária. Dar um segundo passo para mudar a equação do modelo previdenciário. Tomar um conjunto de providências que elimine o rombo externo o mais breve possível. Sendo, concatenadamente, dados esses três passos do nosso modelo, obteremos baixa na taxa de juros, o que possibilita ao País negociadamente, sem quebra de contrato, sem unilateralismo, sem imposição ou aventura jurídica, alongar gradualmente os prazos de vencimento da dívida interna.

Usando a metáfora, podemos comparar assim: você ganha mil Reais por mês. Deve dez mil Reais que vencem amanhã. Entrega os seus mil Reais, passa fome, não compra remédio. Ao pagar mil dos dez, fica devendo nove. Pede onze emprestados por três dias, para pagar os nove, embutindo os juros por dentro. O problema ficou adiado por três dias. É isso que está ocorrendo no Brasil hoje, ante o silêncio omissivo e conivente da imprensa brasileira, que é sócia do clube dos que ganham com esse dinheiro.

A CC5 é Carta Circular número cinco. Esta é uma carta circular que o Banco Central criou para que brasileiros remetam dólares a não-residentes no Exterior. Foi criada para atender às necessidades de dinheiro para pessoas que estão estudando no

Exterior. No governo Cardoso, pelo que tomei conhecimento, saíram do Brasil cento e onze bilhões de Dólares pela CC5. Evidentemente, não se podem mudar regras para o investidor internacional. Se ele entra com seu capital em uma regra, ele tem todo o direito de sair, no momento que bem lhe aprouver, com as mesmas regras com que entrou. Assim será em eventual governo meu. Quem espalhou o boato de que eu queria fechar a conta CC5 foi o candidato oficial, manipulando coisas perigosas para a sociedade brasileira, para espalhar desespero, tentar causar crises e tributar os que criticaram os modelos durante sete anos e sem culpar quem ficou dentro do modelo beneficiando-se para depois ser o candidato da Presidência da República.

■ **Pergunta nº 3:** Na balança comercial brasileira, três setores – mecânica, química e eletrônica – são responsáveis por *deficit* em torno de dezoito bilhões de Dólares. São eles os principais responsáveis pela geração e pela transmissão do progresso técnico para o conjunto da produção social. Que investimentos em novas tecnologias pretende fazer para reverter este quadro específico dos três setores complementares? Que medidas de fomento à pesquisa pretende assumir? É a favor de alguma medida protecionista para tecnologias desenvolvidas no Brasil? Como pretende estimular a relação Universidade e setor produtivo e aumentar os investimentos privados em inovação?

Ciro Gomes: Basicamente, já mencionei essas questões no terceiro capítulo que afirma a autodeterminação e a soberania brasileira, lembrando uma das três premissas introdutórias.

A globalização não é para todos. É para um tipo de empreendedor de vanguarda que se financia internacionalmente, que tem escala e se apresenta na ponta do processo tecnológico.

O nosso projeto nacional de desenvolvimento está voltado para a questão do conhecimento, com a capacitação do capital humano brasileiro. Isso se fará por um conjunto de providências, que se correlaciona com outro bloco de tarefas, que é o da superação do *deficit* externo. O Brasil paga em *royalts* mil e quatrocentos por cento a mais este ano do que pagava cinco anos atrás. Isso já passa de um bilhão de Dólares, por tecnologias que são às vezes sofisticadas, mas muitas vezes são tecnologias de complexidade intermediária em que podemos perfeitamente adquirir autonomia. A idéia é transformar em pública a tarefa de liderar processo de superação da dependência tecnológica e de componentes industriais. Não alimentemos ilusões. Por exemplo, em eletroeletrônica, em informática, é muito improvável, o que não nos dispensa de nos esforçarmos, de que o Brasil venha dominar a técnica de produção de *chip* com capacidade de processamento superior a um Pentium. Uma vez dominando, ainda teremos um problema de escala. A INTEL opera de forma tão esmagadora no Planeta que pode ganhar uma fração de centavo em um *chip*, porque o ganho dela vem do somatório de frações de centavos. Essa é uma variável que a globalização coloca.

Acredito que é possível que o País, em moderna política de relação do Estado recuperado com seus empreendedores nacionais de médio e pequeno porte, crie rede de proteção. As ferramentas para isso são: políticas industriais de comércio exterior, política voltada para substituição de importações, compras governamentais como indutoras de transferência tecnológica. Exemplo prático é a Força Aérea Brasileira que tem um plano de recuperação e modernização que custa seis bilhões de Dólares em alguns anos. Podem-se fazer duas coisas: de forma prostrada à interdição neoliberal, pode-se fazer concorrência internacional com o argumento racional de menor preço. A aeronáutica precisa

de repor seus aviões, abre-se concorrência internacional e quem tiver o menor preço ganha a concorrência. Outra coisa é pela EMBRAER, que pode, talvez um pouco mais caro, produzir os caças no Brasil. Com contratos de transferência tecnológica em alguns setores, com compromisso de nacionalização de componentes, pode-se até despertar em algum agente internacional o interesse de fazer parceria com a EMBRAER, transformando o Brasil em base para futuras exportações para outros Mercados.

Queremos discutir o paradigma pedagógico. Vamos comprar mais barato pronto, economizando dinheiro, ou fazer da compra governamental uma ferramenta de indução ao desenvolvimento, ainda que isso introduza certas ineficiências?

Estamos capacitados, com autoridade moral e intelectual, na sociedade, para produzir novo ciclo de parceria estratégica entre o Estado e a iniciativa privada, prevenidos pela experiência do passado de que não haverá privilégios, não vai introduzir ineficiências, sem sobrepreços, seja para a administração pública, seja para o consumidor brasileiro.

As ferramentas para isso são as seguintes: investir em tecnologia, convocar as universidades para desempenhar seu projeto pedagógico autonomamente, assumir definitivamente como pública a tarefa de financiar o ensino de nível superior, pois esse é o último caminho para um filho de pobre e de pequena classe média poder mudar de classe.

Gostaria de dizer que já pensei diferente em certa época. Sou egresso fundamentalmente da escola pública e via uma injustiça. O filho do pobre ou fica nos descaminhos da evasão ou trabalha de dia e vai estudar à noite em Universidades pagas, enquanto o filho rico vem das escolas particulares estudar nas Universidades Públicas. Ouvindo argumentos das lideranças estudantis, acabei-me convencendo de que esse argumento é falacioso, mas tem força,

porque o corte de classe no Brasil existe e é perverso e injusto. É bom lembrar que a classe média só tem por último lugar algum retorno do imposto que paga a vida inteira quando põe um filho em uma Universidade Pública.

■ **Pergunta nº 4:** Que medidas o senhor pretende aplicar para responder ao acentuado aumento da pressão por vagas em todos os níveis de ensino no Brasil, garantindo acesso a ensino de boa qualidade? Especialmente, no caso do ensino superior brasileiro, como pretende superar os problemas do ensino público?

Ciro Gomes: O problema de educação no Brasil, mantendo a ilusão de soluções de curto prazo, exige um conjunto articulado de iniciativas. Na minha idéia, começa com o problema de desnutrição na primeira infância. Pelo fato de que, hoje, de cada cem famílias pobres, cinquenta e oito são chefiadas por mulheres, principalmente nos bairros pobres das grandes cidades, a primeira providência é mudar a regulamentação do FUNDEF. Fazê-lo cumprir, de fato, seu papel inovador; merece aplausos o atual governo por essa iniciativa institucional. Isso gerou efeito prático e concreto na multiplicação de matrículas, na retenção de alunos nas escolas. Mas, o Estado parou no marco institucional, porque o Estado não está complementando os valores mínimos que deveria alocar no FUNDEF.

Não sei por que razão o governo proíbe que a matrícula na pré-escola seja financiada na ambiência do FUNDEF. A nossa proposta é de aperfeiçoar o FUNDEF e fazer programa maciço de apoio às entidades locais, especialmente aos municípios, para que haja acelerada expansão da pré-escola. É nesta fase que é desenvolvida a capacitação psicomotora das crianças, mas a desnutrição inviabiliza boa parte das crianças brasileiras para ter

bom aprendizado no futuro. Boa parte dessas crianças tem, já na pré-escola, determinadas deficiências, como a visual, a auditiva, que, não sendo percebidas, são fatores importantes de evasão escolar. A moderna pedagogia está descobrindo que, ao identificar essas deficiências na pré-escola, portanto, mais cedo, podem ser perfeitamente superadas.

Temos a concepção de escola integral, prioritariamente colocando-as nas áreas de maior densidade de miséria, concentradas nos bairros pobres das grandes cidades. Como chegamos a cem por cento de vagas no ensino de primeiro grau, aqui a grande tarefa é o choque de qualificação. A idéia, considerando a minha experiência como Prefeito e depois governador, é não disponibilizar complementação salarial, feita com um fundo específico e criado para tal, para ser dado a todos os professores. Esse fundo seria apenas para os professores municipais e estaduais que voluntariamente se dispuserem a entrar em programa de treinamento, requalificação e avaliação. Recomendam-me agregar, também, pontuações pelo coletivo da escola. Precisamos de verificar como identificamos valores meritocráticos no professor, que lhe permitam acessar complementações salariais, cofinanciadas por esse fundo federal que pretendo criar, mas introduzir, também, na avaliação, mecanismos de juízo coletivo da escola, ou seja, como está a escola como um todo.

Como nós chegamos a 100% de vagas no ensino de primeiro grau, aqui a primeira tarefa é o choque de qualificação. A idéia, para além de uma experiência, em parte exitosa, em parte frustrante que tive como Prefeito e Governador, repito, é não disponibilizar complementação, com fundo específico criado, para todos os professores. Para o segundo grau, precisamos de acordar, ontem, para o fato de, como a matrícula no primeiro grau foi expandida em

100% , hoje o Mercado de trabalho está exigindo uma escolarização muito maior do que a escolarização média de 6 anos que ridiculamente se dá à sociedade brasileira. Haverá demanda explosiva por segundo grau nos próximos anos. E os estados brasileiros em média estão desequipados, ou no planejamento ou nos fluxos fiscais para dar conta de oferecer as matrículas. Aquilo que foi, no passado, brutal guerra por vagas no primeiro grau e nas Universidades, quando se produziu o vestibular, será agora briga por vaga no segundo grau. Na minha opinião, não faz sentido que, no modelo de universitário, o governo federal vá dizer às Universidades brasileiras, por igual, o que elas têm de ser. Na minha cabeça, isso é equívoco grosseiro, e quero dizer, sem tipo algum de vacilação, que parte deste equívoco, com toda a humildade e respeitando opiniões iradas que vêm contra a minha neste sentido, parte deste descompromisso é de uma exacerbação corporativista que ainda resiste intra-muros na nossa Universidade Pública. É preciso que o governo emancipe as Universidades. Dê a elas o seguinte: é publica a tarefa e vamos fixar padrão de gasto por aluno/ano, juntos discutir que valor é razoável e um adicional por extensão e um adicional por pesquisa e, a partir de então, este orçamento estará disponibilizado para um processo de autonomia universitária, condicionado ao seguinte: compete a Universidade definir para si, sem compromisso com o governo, supra-sociedade, o seu programa pedagógico. Por exemplo, a Universidade Federal de Campina Grande define o que quer ser, o que está fazendo, que respostas pretende dar, se é em pesquisa básica, e em pesquisa aplicada, e que tipo de extensão quer fazer. Uma comissão que represente as Universidades ajuizará o mérito deste projeto pedagógico, permitindo idas e vindas que aperfeiçoem. Uma vez atingido o estágio de excelência em que a Universidade diga que é isso que ela quer ser no sistema universitário brasileiro, então o governo dá a ela autonomia. Na minha opinião, salário,

orçamento, prédio, laboratório, remuneração diferenciada, cada Universidade resolveria o seu problema, e o sistema a médio prazo hierarquizar-se-ia meritocraticamente. Com a abolição do vestibular, seria gradualmente substituído por avaliação no segundo grau para que o aluno não fosse avaliado em um dia, por que isso apura mais sobre seu estado emocional do que seu nível de capacitação para acessar a Universidade.

■ **Pergunta nº 5:** No país em que 52 milhões vivem na pobreza e dos quais 22 milhões são indigentes, metade da população vive com menos de R\$ 132,00 *per capita*, ao ano, menos de dois Dólares por dia, a pobreza tem característica: criança, negra, e vive em famílias de baixa ou nenhuma escolaridade, sem carteira de trabalho. Como reorientar o gasto público para os mais pobres, e tornar as políticas públicas mais eficazes e reduzir as desigualdades?

Ciro Gomes: Temos de fazer primeiro uma questão processual antecedendo toda uma compreensão do que é política social no que já falei na minha introdução. Acho que precisamos de unificar toda a relação dos pobres brasileiros com os serviços públicos. Criar um único cartão para nos permitir resultados mais concentrados e nos permitir, fundamentalmente, superar aquilo que os mais *expert*, especialmente no IPEA, demonstram em grande evidência. Com a classificação contábil de Gasto social, o Brasil põe-se acima da média da América latina. O Brasil é um dos países que mais gasta. Mas o IPEA e os especialistas que estudam a pobreza, que trabalham nas Universidades, evidenciam com grande contundência, que o classificado como Gasto social, é apropriado nas intermediações e não chega de fato na pobreza. Até porque quando mais pobre o cidadão, mais

vulnerável ele é à desinformação, mais difícil o contato dele com as mediações. Quem tem diminuído um pouco isso tem sido as igrejas e as entidades comunitárias, como associações de moradores, programas assistenciais de sindicatos e iniciativas do setor público com políticas compensatórias.

Podemos avançar para resolver isso se tivermos capacidade de estabelecermos um diálogo com os pobres brasileiros, e fazer de fato das mediações legítimas da sociedade uma identificação desses pobres em um só cadastro para que se possa, no primeiro passo, unificar todas as atuais políticas que tiveram papel importante, como bolsa escola, cesta básica. Compreendo o papel de transição que estas políticas têm de ter, mas quero imaginar aonde possamos propor um conjunto de políticas articuladas, atacar este problema na estrutura. Por exemplo, o *deficit* habitacional. Tenho essa experiência como Prefeito de capital e Governador; é trágica a consequência para uma família pobre, que já vive quase na indigência, morar em uma casa em cima de uma infra-estrutura de saneamento básico com um ponto de água e um ponto de luz. A partir daí fica mais fácil de entrar em redes de políticas sociais como capacitação de mão-de-obra, como creche e educação para os filhos, políticas de saúde preventiva, materno-infantil, políticas que tiveram efeitos extraordinários com custos relativamente baixos na nossa experiência no Ceará. Por exemplo, o *deficit* habitacional. Temos um conjunto de 5 milhões de famílias sem-teto nas cidades. Por regra, 82% destas famílias têm renda familiar inferior a 3 salários mínimos. Evidentemente, que não há financiamento algum que considere o custo da casa compatível com o perfil de renda inferior a 3 salários mínimos. É tarefa clara do poder público, do Tesouro Nacional, financiar moradia, urbanização de favela, sistema simplificado de saneamento básico. Ao criar este efeito

social importante, é introduzir um componente direto de distribuição de renda é integrar as pessoas nas redes comunitárias, é sensibilizá-las para as grandes demandas de saúde e de capacitação para o trabalho, de educação dos filhos e de participação do controle das polícias e de ajuda nas atividades de segurança pública. Essas atividades geram emprego para gente que tem baixa empregabilidade, com baixa qualificação, com mais idade. Esta é tarefa simples que não exige muita qualificação.

No campo sistemas simplificados de reforma agrária casadas com ações coletivas para ganhar escala em que o Estado compareça para dar o pedaço de terra com crédito, com assistência técnica, com apoio logístico de comercialização moderna, para não alimentarmos ilusão de sustentabilidade de subexistência de uma economia rural que deslocou 420 mil famílias do campo para a cidade nos últimos 8 anos. Acredito que esse é um caminho para se seguir. Obrigado.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES FORMULADAS PELO PÚBLICO

■ **Pergunta nº 1:** Como o senhor pretende tratar a questão dos bancos públicos?

Ciro Gomes: Os bancos público do país, que são hoje o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, têm papel absolutamente indispensável. Públicos eles são e assim devem permanecer. Quero adicionar razões práticas. O Banco do Brasil faz sozinho, há muitos anos, o crédito rural do país. Se for privatizado, e isso não pode ser feito, acredito que estaria sendo colapsado o crédito rural do país. O sistema financeiro privado, nesses processos de fusões e

incorporações, e na brutal internacionalização que experimentou nos últimos anos, tem agido na prática como cartel quando opera o crédito ao consumidor, ao comércio. O Banco do Brasil tem a função de descartelizar o sistema de crédito à sociedade. A CEF é depositária de ativos públicos, como o FAT, o FGTS, e outros, das cardenetas de poupanças, que são por lei destinadas ao cofinanciamento da habitação e do saneamento. Se fosse privatizada, estaria sendo estrangulado o último lugar por onde se pode imaginar o financiamento da moradia, dos sistemas de saneamento básico para os municípios, e para comunidades mais pobres. O BNDES, BASA e o Banco do Nordeste têm o papel de Banco de fomento. É deles a tarefa central de equilibrar no financiamento uma daquelas três condições competitivas; é deles o papel de alavancar as exportações, o esforço em relação às pequenas e médias empresas, o esforço para a substituição das exportações. O que eles não podem ser é local de financiamento dos grandes. O BNDES foi usado para financiar privatização de empresas brasileira para o capital estrangeiro. Cerca de 37% das privatizações foi financiado com o dinheiro público, que não há disponível para o pequeno empreendedor nacional. Por isso corro o risco de muitas vezes ser mal entendido, mas estou propondo uma compreensão estratégica dessa questão básica da engenharia econômica, pois esta pergunta diz com a maior clareza: no Brasil o nível de emprego caiu, a massa salarial está encolhendo, cada vez produzimos mais com menos gente, o setor público está se endividando muito, apesar de estar arrecadando recorde de impostos, a Previdência está desfinanciada por que a informalidade já atinge 57% da força de trabalho do Brasil. E apenas um setor acumulou o maior lucro da história do capitalismo mundial, desde que os Fenícios, na Antiguidade, inventaram a taxa de juros e o setor financeiro. No mesmo período em que a economia ficou

com a menor média de crescimento, que os empregos definharam, que as falências e concordatas aumentaram, que a inadimplência aumentou, enfim, que toda a economia sofre com expressões de agonia, um único setor desta mesma economia, deste mesmo país, num mesmo período teve o maior lucro da história do sistema financeiro mundial desde a Antiguidade. Evidentemente que o modelo que aí está foi montado para transferir renda da sociedade trabalhadora e da produção para o setor financeiro tendo como intermediário o governo, por meio do manejo da dívida pública. Tudo que estou dizendo é isto: precisamos mudar o modelo econômico para quebrar esse mecanismo de transferência de renda e fazer com que o Estado recuperado, energizado, liderando o processo de afirmação de nível alto de poupança, prestigie a quem trabalha e produz .

■ **Pergunta nº 2:** O senhor poderia discorrer acerca da engenharia que vai desonerar o setor produtivo, objetivando direcioná-lo para a geração de emprego?

Ciro Gomes: A idéia é um sistema tributário simples, que é construído em processo gradual, de transição. O norte do modelo é desonerar os salários e a produção, fortalecer a produtividade e a capacidade de comprar da sociedade para expandir o Mercado interno, e com esses dois passos estabelecer estratégia de elevação da poupança – chave para o investimento e para o desenvolvimento – e transferir o peso do financiamento sadio do setor público para o consumo das classes mais altas, mais abastadas e para os ganhos de capital.

O modelo seria no limite cinco impostos de efeito arrecadatário substituindo todos os atuais impostos e processualmente dando maior transparência, maior simplicidade

e controle social. O modelo funcionaria com um IRA, que é um imposto do mundo. Quem já teve ocasião de viajar sabe que a grande forma moderna de tributar que o mundo mais avançado descobriu é tributar no consumo. No nosso caso, com milhões de pobres e famintos, excluem-se cesta básica, alugueis e uma lista de medicamentos de consumo continuado. A partir desse ponto, cobra-se do consumo na nota fiscal. Quando se vai comprar uma roupa, paga-se para o comerciante um preço, e o imposto é destacado, para saber que é diferenciado, uma relação com o Estado, para ganhar a consciência de cidadania.

O segundo seria um imposto seletivo sobre uma lista específica de produtos e serviços, como bebidas, cigarros, cosméticos, carros de passeio, e se cobraria um imposto específico sobre esta lista. Pretendo incluir nesta lista a oferta de serviço privado de telecomunicações e energia elétrica tirando a faixa mínima do povão que ficaria isenta. E, a partir desse ponto, quem consumisse mais, pagaria mais. O terceiro é o imposto sobre heranças e doações. O fato é que no Brasil o imposto sobre grandes fortunas que está no debate introduzido pelo PT, e que eu respeito, não arrecadaria, por uma circunstância que explico: no Brasil, não há grandes fortunas como tal para serem tributadas, pois adotou-se no País a idéia de pessoa jurídica, *holding*, por exemplo, e o dono da *holding* recebe um pró-labore mínimo e todos os custos são contabilizados na empresa. De maneira que a tributação sobre grandes fortunas não arrecadaria nada. Mas, sobre herança e doações arrecadaria muito, pois, quando o proprietário morrer, as suas cotas na *holding* transmitir-se-ão por herança e, então, o Estado pega uma parte para distribuir para os deserdados.

O quarto tributo seria o imposto sobre a propriedade, que, na minha proposta, é direto progressivo e não-declaratório. A chave de compreensão disto é que o Imposto Territorial Rural

brasileiro já é progressivo, mas, como ele é declaratório, não arrecada nada, pois sua majestade fica esperando que o barão avise que está sobre um latifúndio improdutivo, pois é só declaratório. Mas, como hoje se dispõe de sensoriamento por satélite, não há razão para que o tributo sobre a propriedade não seja feito com lançamento direto, não-declaratório.

E por fim, um outro que gerou uma polêmica que tentam desqualificar. No Brasil, o imposto sobre a renda virou imposto sobre salário, e isso é uma injustiça. Estou introduzindo uma idéia, que não é minha, mas do professor Carton, que imaginou um imposto que não incidisse sobre a renda e, sim, a partir de um corte médio alto para cima, apenas entre a diferença entre a renda poupada, que ficaria isenta, e a renda consumida. Então, em vez de ser sobre renda seria sobre o consumo. Funciona assim: até a classe média, zero; da média classe média para cima, consumiu pouco, poupou pouco, zero imposto, a parte consumida paga um pouco de imposto. Ao chegar encima, pode-se cobrar progressivamente de forma pesada até um por um. Este tributo não tem ainda experiência prática no mundo, mas é evidente que a CPMF também não tinha e agora dois países a adotam: o Brasil e a Argentina. E este é um tributo cumulativo, que fica onerando a cadeia exportadora. É regressivo, pois o funcionário público, quando, no final do mês, tira seu salário do banco, paga como o rico que usa o dinheiro para comprar uma lancha, com a mesma alíquota. Revogaria todos os outros ficando apenas com esses cinco, lembrando que isso demandaria a aprovação de 3 em cada 5 deputados federais e senadores, Então, a tarefa não é só do presidente, senão como Chefe de Estado: mediar os conflitos, indenizar frustrações e marcar a data do debate. Isso eu vou fazer.

■ **Pergunta nº 3:** Quais são suas propostas em relação ao meio ambiente, especialmente com relação à diminuição constante das áreas de reserva no País e à exploração internacional da Amazônia, a questão do lixo e das reservas de água potável em todo o território nacional?

Ciro Gomes: Estamos desenvolvendo nosso projeto de desenvolvimento nacional rebatendo cada indicação de acordo com a Agenda 21, comprometendo o projeto com a sustentabilidade ambiental também. Estou visitando muitos lugares no Brasil e tenho muitas idéias abaladas, preconceitos também, felizmente a tempos removidos. Olhando a Amazônia, para citar um exemplo, a minha impressão é a que chega pela mídia, de que estava em processo de destruição completa, vulnerável à biopirataria etc., mas, andando por lá, verifiquei que parte disso é verdade e que há outra questão: praticamente todo o pensamento sobre Amazônia dominante na burocracia brasileira não dá participação ao amazonida. Fundamentalmente há uma queixa extensa lá de que tudo é deliberado por acadêmicos do centro-sul do País e por burocratas de Brasília. Pouquíssima participação de lá. Eles propõem coisas bem razoáveis como: o que precisa de ser feito sobre a Amazônia é entendê-la, mapear, estabelecer mapeamento florestal, agroecológico e dos solos. Em Rondônia, tem-se fábrica de granito. Em solos do Amapá tem-se argila. Tem-se uma savana que não tem nada a ver com a floresta. Pode-se mergulhar na base da Petrobrás, de onde deve partir o gasoduto em direção a Manaus, e lá o chão é areia e, se desmatar, vai virar um deserto imenso. Já há, nas Universidades e mesmo entre os empresários que foram desafiados em um primeiro momento a abandonar a atitude predatória, resposta

amazonida para estas questões. Estou extremamente sensível a elas e quero debater com especialistas e críticos teóricos e ouvir referências de ONGs como o Green Peace e o WWF, que respeito. Mas acho que o rumo é uma modelagem de desenvolvimento sustentável que compreenda a necessidade do homem amazonida de viver. Mergulhei um dia inteiro num seringal, sem fotógrafo, sem jornalistas para entender a economia extrativista da borracha e os seus subsídios, etc. É fascinante por um lado e chocante por outro.

Quanto à questão urbana, creio que agora começamos a ter as ferramentas institucionais próprias, mas não todas. O estatuto da cidade, que demorou tantos anos para sair, é moderníssimo. Permite coisas importantes em matéria tributária progressiva, em consórcio de municípios e para o uso e a ocupação dos solos e dos recursos hídricos da cidade, permite intervenções fundamentais em regularização fundiária em áreas ocupadas e a formalização das casas das famílias que estão nas favelas e palafitas do País. Falta outra ferramenta que tem a ver com recursos hídricos e saneamento básico e lixo. Este projeto está parado no Congresso e o relator é um deputado cearense, Adolfo Marinho, e entende bastante do assunto.

Há algumas discussões que, de novo, têm a ver com o marco da economia política. O atual marco da economia política prevê a privatização do saneamento básico. Acho que isso é imprudência grave e não porque tenha preconceito contra o remédio da privatização, que penso que às vezes pode e deve ser usado, mas por causa do corte de renda. Sempre chamo a atenção para a geografia do Rio de Janeiro. A Rocinha está ao lado de São Conrado e o saneamento básico tem de integrar e dar destino final ao mesmo esgotamento sanitário dos dois bairros. São

Conrado tem a mesma renda *per capita* da Califórnia e pode pagar o imobilizado do mais sofisticado sistema de esgotamento sanitário e tratamento de lixo que houver e ainda dá lucro para uma empresa privada que se interessar. Mas a Rocinha não tem renda que suporte nem remunerar o imobilizado precário que existe hoje, quanto mais financiar os custos operacionais. Se privatiza o melhor, como foi feito com o setor de rodovias, com o tráfego mais intensivo, deixando o pior para o Estado manter, de onde vai vir o dinheiro? Privatiza-se a distribuição de energia elétrica, que é o melhor, deixando o pior que é a transmissão e a geração para o setor público; de onde virá o dinheiro? Privatiza-se o melhor do saneamento básico e deixa-se o pior para o Estado. Se fizer como estão querendo mostrar que foi grande êxito, de fato a expansão foi extraordinária, mas o prejuízo e a inadimplência fizeram o governo pensar em utilizar os recursos do FUST, que teoricamente seria para financiar Internet nas escolas, para financiar a telefonia na baixa renda que não dá conta de pagar. O que significa financiar o prejuízo das empresas privadas internacionais que compraram a Telebrás por 22 quando em 1994 ela valia 42 bilhões de Dólares? Não pretendo privatizar e acho que esta questão será resolvida com o novo marco regulatório, e isto é muito mais uma política local do que federal.

■ **Pergunta nº 4:** O senhor expõe a taxa de juros como um ponto essencial à estabilização da economia brasileira, mas quais os passos que pretende seguir para diminuição desta taxa a níveis de países como o Japão e os Estados Unidos sabendo que para tal certas pre-condições como baixo desemprego e relativo bom desempenho da balança comercial e moeda forte são alguns dos elementos essenciais para a diminuição da taxa de juros.

Ciro Gomes: Taxa de juros está dessa altura porque as pessoas que nos governam gostam disso. Tenho bem clara esta percepção. Minha censura é com relação ao modelo que implantaram e que administram e que provoca consistentemente uma taxa de juros impossível. Pois, se a taxa de juros põe-se acima do lucro do comércio, da indústria e da agricultura, a economia pára. Porque está assim, porque juro, me perdoem a metáfora, é preço de dinheiro e estamos funcionando com dinheiro como se funciona com banana no Mercado. Se tiver pouca banana e muita gente querendo, podendo e precisando de comprar banana, na mesma hora, o preço da banana sobe, ou seja, se tiver pouca oferta e demanda muito grande sobre aquela oferta, o preço dela, por uma lei básica da economia, sobe. O que está acontecendo com o Brasil? O governo termina o ano com um *superavit* primário de 25 bilhões de Reais mas com uma conta de 100 bilhões de Reais de juros para pagar. Como, para a inflação, o Plano real fechou a porta, o governo está demandando dinheiro para o financiamento do seu desequilíbrio. Então, há demanda muito alta do governo por uma oferta de dinheiro que o Plano Real faz limitada a partir do governo. E, ao mesmo tempo, a sociedade quer crédito para fazer seu crediário, para seu cheque especial, para produzir, para a agricultura, para descontar duplicata, para financiar moradia, então há demanda por crédito na sociedade que faz que muitas demandas sobre poucos recursos e o preço do dinheiro sobe. Ao lado disso, tem-se outro problema que é o terço de cima da taxa de juros, que é de novo o rombo do País com as contas estrangeiras. Então, tem-se este ano US\$ 21 bilhões de *deficit* e no Mercado externo mais 27 bilhões de vencimento da dívida externa, e o Mercado externo não cai na enganação da propaganda a serviço do governo que nos desorienta aqui dentro e uma crise nos Estados Unidos que atinge estes dois perfis. O que resolve: a equação de demanda

do setor público, por isso falo em reforma tributária, na refundação da base de financiamento da Previdência, na eliminação do *deficit* externo e no manejo austero da dívida pública, no alongamento gradual não-unilateral, não-impositivo, apenas negocial apenas dos prazo de vencimento da dívida. Isso faz a taxa de juros cair sem efeito inflacionário, caindo a taxa de juros, que não vai ser do dia para a noite, mas se tiver um nível consistente de queda e os níveis de juros começarem a se aproximar do nível de lucro dos negócios, a economia volta a crescer, em um primeiro momento a passos mais discretos, mas então os problemas começam a funcionar em círculo virtuoso, mais crescimento, menos tensões, mais facilidades políticas para que o País entre em rotina de crescimento sustentável. Está é a idéia que estamos tentando explicar para o povo brasileiro. Por favor, ajudem.

■ **Pergunta nº 5:** O senhor faz parte de uma legenda que contém a expressão socialista. O socialismo está presente em seu programa e estará presente em seu governo?

Ciro Gomes: A minha formação é social democrata, sou muito franco, e não quero parecer o que não sou, me filiei ao PPS porque de fato tem a expressão socialista, tenho absoluta afinidade com seu programa, e nos seus documentos eles aceitam a militância de sociais democratas e compreendem a necessidade que o País tem nesse momento histórico: pelo menos um projeto generoso de centro-esquerda incluindo a capacidade de dialogar com setores conservadores da base produtiva nacional, do campo e da cidade. Portanto, estou perfeitamente confortável, e todos os nossos debates teóricos dão-nos grande satisfação de estar além do padrão ético notável em um Partido que finalmente me deu grande alegria integrar. Espero que, no poder, não faça como outros Partidos

que também me deram muita alegria e, no poder, jogaram tudo fora em troca de projetos mesquinhos e projetos pessoais. O nosso projeto é de centro-esquerda, que significa ser economia de Mercado com a recuperação da capacidade de intervir, coordenar, planejar e estabelecer parceria no estado nacional brasileiro.

■ **Pergunta nº 6:** Acredito que as propostas do senhor para o governo e para o desenvolvimento do País são efetivas e corretas e também creio na sua determinação para executá-las. Tenho dúvidas com relação a pessoas que o rodeiam e, caso o senhor seja eleito, podem vir a influenciar o seu governo como políticos de um passado sombrio. Qual seria a solução para a construção de alianças para o Brasil?

Ciro Gomes: Volto a referir que, sem hegemonia moral e intelectual clara, não há como fazer no Brasil governabilidade, muito menos reformas estruturais sem conviver com a superestrutura representativa assim como ela é e não como nós imaginariamos como ela deveria ser. É claro que se pode ter uma participação na política intransigente. Tenho profundo respeito por isso, mas assim não se pode propor ser Presidente do Brasil. Pois o Presidente do País, sob uma hegemonia moral e intelectual clara, e o norte disso é o programa, e sob o ponto de vista ético. É a ética republicana, que não consulta manhas pessoais ou individuais, determina controles da sociedade sob sua representação. A ética republicana determina procedimentos para o caso de cometimento de falhas, pois ela define a falibilidade humana. A ética pequeno burguesa muitas vezes, quando acaba de subornar um guarda para não levar multa de trânsito e vai para o um auditório exigir intransigência moral e ética com as pessoas, é compreensível, mas a ética republicana estabelece regras, pois

você não vai ser ditador do país, vai apenas ocupar uma engrenagem do poder real, que é a Presidência da República. Tem de lidar, negociar, transigir, naturalmente sem abrir mão da hegemonia moral e intelectual, pois é isso que fragiliza o projeto e vai dialogar e fazer as coisas andarem. Se houver empasses, a sociedade tem de ter controles instrumentais de novo para não precipitar o País em crise. Já tivemos suicídio, renúncia, *impeachment*, ou coisas menos éticas, mas podemos introduzir mediações mais modernas na variável institucional brasileira e sempre consultar os rituais do estado de direito democrático.

■ **Pergunta nº 7:** O diploma superior foi banalizado no Brasil com o número absurdo de novas instituições que abriram vagas recentemente. Qual a solução que o senhor encontra para esses jovens que se originam dessas instituições, que não têm qualificação necessária e são lançados de qualquer modo no Mercado de trabalho?

Ciro Gomes: A Universidade Pública brasileira dá 4,2% de matrículas aos jovens de 19 a 27 anos. Isso é um dos menores volumes do mundo. O sistema todo recém-expandido, com uma liberalização a meu juízo imprudente, tem por volta de 7% de matrícula na rede privada. Salvo ilhas de excelência, por mérito, não responde pelas avaliações que se tem pelos Provões, etc., a um padrão mínimo de qualidade. Entretanto, seria uma mistificação com a crise que temos agora neste setor imaginar, no prazo de um mandato de 4 anos, que pudéssemos fazer grande solução estrutural para isso. Acho que temos de começar a fazer. De um lado, devemos aprimorar os programas de avaliação e ter um pouco mais de austeridade no descredenciamento de Universidades. Constrange-me mas terei de me render à idéia de

fortalecer o financiamento público para o filho do pobre que não pode pagar e está na Universidade particular, mas centralmente a nossa prioridade será este choque de qualidade e tentar expandir, com a maior velocidade possível, a presença da Universidade Pública brasileira. Dizem-me – e eu gostaria de receber contribuição do Conselho de Reitores e de outras representações, embora saiba que seja questão polêmica, mas não vou desviar de questões polêmicas – que há capacidade ociosa instaladas nas Universidades brasileiras hoje, seja turnos ociosos, seja em turmas por evasão em muitos cursos, e acho que deveríamos ampliar a instalação para otimizar a capacidade instalada. Compreendo que não se pode expandir a jornada de trabalho do professor, e podemos fazer a expansão por um sistema de prêmios, por adesão voluntária, mas a idéia é colocar os três turnos para funcionar e, a cada evasão, abrir processos seletivos para egressos da escola particular entrarem por intermédio de cursos. Espero as críticas para saber se é, ou não, necessária esta providência.

■ **Pergunta nº 8:** Recebeu tratamento especial no volume I do livro *Brasil em Questão*, em um dos pronunciamentos do Senador Roberto Freire, as cotas de vagas para negros nas instituições de ensino superior brasileiras. Segundo ele, muitos críticos querem colocar o assunto no bojo de políticas de combate à pobreza, mas a pobreza não tem cor, atinge a todos, assim como a violência que não guarda necessária nem diretamente relação com a pobreza. Qual é sua posição?

Ciro Gomes: Vou arriscar não ser simpático para ser fiel à minha integridade intelectual nesse caso. Definitivamente, não consegui me convencer ainda de que, à luz da realidade brasileira, a política de cotas seja a melhor política. Não tenho convencimento

oposto. Tenho tido esta discussão com meu companheiro Roberto Freire que é comovidamente convencido de que esta é a melhor solução. Mas conheço o Nordeste e os caboclos brasileiros. Eles também são uma etnia? Eles também têm direito a uma cota? Quero apenas lhes confessar uma perplexidade: nos Estados Unidos, onde se iniciou esta política, compreendo e dou testemunho de que não está funcionando, porque Universidade é, em si mesma, instituição meritocrática. Nada pode tirar isso da Universidade, nenhum tipo de temporização, populismo, demagogia ou boa intenção pode ou deve tirar da Universidade seu caráter meritocrático. Entra nela quem tem mérito. É assim que tem de ser. É claro que se discrimina no Brasil, e tenho procurado as entidades da ordem brasileira porque estou perplexo e não tenho verdades para colocar no lugar, tem grupos afros no Partido e, por opção divergente, muitos grupos não os aceitam porque consideram uma forma discriminatória às avessas e eu estou aberto para aprender.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE C&T*

■ **Pergunta nº 1:** Inovação tecnológica e competitividade das empresas brasileiras

Ciro Gomes: A questão da inovação é central na equação do desenvolvimento brasileiro. A economia brasileira internacionalizou-se e integrou-se ao Mercado global, mas continuou praticamente

* As propostas para C&T aqui apresentadas foram editadas do conjunto de entrevistas feitas pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, primeiramente publicadas no Informativo *Gestão C&T – Informação e Comunicação para os Sistemas Estaduais de C&T*, Centro ABIPTI de Informação Tecnológica, ano 2, número 23, ago. 2002, p. 3 a 7.

estagnada. O Brasil corrigiu o isolamento sem eliminar sua histórica condição subalterna. A inovação sintetiza, no mesmo conceito, a idéia de conhecimento, produção e competitividade. O ponto básico é saber como estes três elementos – a produção de C&T, a produção industrial e as relações do comércio internacional – podem-se integrar em um sistema harmônico, coordenado e eficiente para que exista inovação de fato no Brasil.

O fato de termos eficiente base científica – motivo de orgulho quando produz vitórias expressivas no setor agrônomo, aeronáutico ou na biotecnologia – e pujante infra-estrutura industrial não significa que já temos inovação. Portanto, na nossa visão, é necessário sedimentar as bases da inovação, com o fortalecimento da P&D nacional, acadêmica e empresarial. Quais os instrumentos? Políticas precisam ser geradas respeitando padrões coletivos de decisão. Desconfie de quem lhe der toda a receita agora. Mas podemos antecipar cinco pontos que fazem parte das diretrizes gerais de nosso Programa:

- Oferecer financiamento estável à C&T nacional: quem trabalha com P&D sabe que a atual instabilidade é tão nociva ao Sistema quanto a escassez de recursos;
- Aperfeiçoar os mecanismos existentes dos Fundos Setoriais: os Fundos são uma alentada promessa para corrigir a instabilidade, mas não estão consolidados. Portanto, para não perder o enorme potencial que a proposta encerra, é preciso avaliar, para ajustar e consolidar;
- Aperfeiçoar o funcionamento do Conselho Nacional de C&T (CCT), diretamente subordinado ao

Presidente da República: esse Conselho somente faz sentido se nele a Ciência e Tecnologia forem tratadas na dimensão e na complexidade da inovação. A C&T, que está presente em todos os ambientes do Governo Federal e da sociedade, deve ser eficiente instrumento de desenvolvimento social e econômico e deve atuar em consonância com as demais políticas de desenvolvimento. Esse ponto é crítico e, por isso, convocaremos cientistas, empresários, parlamentares e alto dirigentes do poder executivo para discuti-lo;

- Fortalecer o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP): esse é bom exemplo de programa de apoio à inovação. Sua menção isolada em nosso Programa para a C&T tem dupla função. Tanto serve para realçar um exemplo de programa necessário, como para firmar posição: todos os programas e os projetos que afetem positivamente o “ambiente da inovação” serão fortalecidos. E se houver necessidade de outros, devem ser convocados a comunidade científica e tecnológica, o empresariado ligado à P&D e o movimento sindical para ajudar na formulação de políticas e ações de fomento e estímulo à C&T;
- Fortalecer a engenharia nacional, acadêmica e industrial: as estatísticas sobre a engenharia brasileira mostram que ela é nicho de qualidade, mas ainda pequena. A política de inovação exigirá sua modernização, ampliação e correção de rumo. Sem isso, não conseguiremos revitalizar a indústria brasileira e, em especial, a indústria de componentes.

■ **Pergunta nº 2:** Meta de aplicação de recursos (públicos e privados) em P&D, como proporção do PIB: áreas a serem priorizadas

Ciro Gomes: Estamos todos de acordo que a participação do orçamento nacional de P&D em relação ao PIB é pequeno. Afirmar um número mágico seria demagógico, expressão de mero desejo e não acrescentaria informação válida alguma. Esta não é apenas uma questão de vontade e decisão, mas de capacidade nacional de investimento. Gostaríamos muito de que subisse para 2% do PIB, mas o que isto significa? Para chegar a qualquer patamar superior, deveremos concordar que é preciso, primeiro, fazer que o orçamento nominal seja real. Não adianta crescer em espasmos irregulares e depois retroceder, com corte e contingenciamento.

Crescer, consolidar e dar o próximo passo. Veja o exemplo dos Fundos Setoriais que não estão consolidados e ainda são vítimas, por via indireta, das armadilhas do contingenciamento, ou seja, se conseguirmos, no primeiro ano de governo, garantir orçamento sólido, estável e contínuo, será passo importante. Após os ajustes na área econômica e fiscal, pondo em marcha integração maior entre C&T e a política de produção, poderemos crescer. Crescer, no caso, dentro do quadro geral da inovação, isto é, procurando relacionar o esforço científico à produção industrial e à educação de qualidade.

As áreas de conhecimento que deverão ser priorizadas? Aparentemente é pergunta fácil de responder. Bastaria citar algumas que estão listadas no programa original, por exemplo, as vedetes da modernidade: materiais, telecomunicação, microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia, informática e mais uma meia dúzia. Mas esta é apenas indicação genérica.

Seria mais adequado propor que o detalhe desta questão fosse resultado de um trabalho posterior. Quem melhor dirá é o próprio sistema de inovação, de um lado; o sistema produtivo que demanda, do outro, bem como as grandes instituições de pesquisa, incluindo as Universidades, a Academia de Ciências, as sociedades científicas e outras.

■ **Pergunta nº 3:** Regionalização das ações de C&T: iniciativas para reduzir as desigualdades regionais a partir de investimentos em C&T e Inovação.

Ciro Gomes: Quando fui Governador do Ceará, criei a Secretaria de Ciência e Tecnologia e implantei a Fundação de Amparo à Pesquisa. Relutei, a princípio, porque em um estado muito pobre, com níveis baixos de desenvolvimento social, o primeiro impulso é investir em programas sociais ligados à educação básica, à saúde, à pobreza. Percebi, contudo, que estava errado e precisava, com alguma moderação, abrir espaço para a área de C&T, principalmente em projetos que valorizassem a inovação e a educação tecnológica. Hoje tenho certeza de que agi certo.

O esforço da P&D nacional para consolidar o projeto de inovação precisa do apoio dos estados, dos municípios e do setor privado. O esforço isolado do Governo Federal não será suficiente para corrigir o fosso regional existente. Sem a decisão política local para despertar o ambiente científico, nada adiantará. Veja a beleza do exemplo da *Xylella*, coordenado pela FAPESP. Se não tivesse havido um trabalho de muitas mãos entre o Governo Federal, o Governo de São Paulo e outras fontes, não contaríamos com essa vitória de expressão internacional, que nos alçou ao patamar superior da pesquisa

genética. Em síntese, as desigualdades diminuirão onde houver vontade local para superar as deficiências, isso tanto aqui no Brasil como em qualquer outro lugar do mundo.

A orientação do nosso programa é para que o Governo Federal não perca, e até aumente, a função catalizadora desempenhada nos anos 80 pelo CNPq e, mais recentemente, pelo MCT. E que não falte estímulo aos estados onde a vontade dos empresários, da academia e do governo local se manifeste, de preferência sob a forma de projeto de CT&I. O apoio isolado a um projeto de C&T, por mais relevante que seja para a educação e para o próprio desenvolvimento científico, não deve ser negado, mas perde força e oportunidade porque não se engaja, desde logo, na trilha da inovação.

■ **Pergunta nº 4:** Manutenção de instrumentos de financiamento à pesquisa e à inovação, como, por exemplo, os Fundos Setoriais

Ciro Gomes: Os Fundos constituem idéia criativa, tão brilhante quanto foi o FNDCT no início dos anos 70. De nossa parte, há somente a disposição de consolidar a experiência e, caso surja necessidade de alguma correção de rumo, a realidade nos dirá. O princípio é simples: qualquer proposta, vigente ou futura, que favoreça e consolide o ambiente da inovação será prestigiada. Desconhecemos a existência de alguma avaliação dos Fundos e achamos que, se não existe, precisa de ser feita. Esse comentário não sugere a desconfiança nem a percepção de alguma coisa errada. Ao contrário, apenas afirma uma convicção de que boas iniciativas não se podem perder por falta de avaliação.

■ **Pergunta nº 5:** O projeto de Lei da Inovação estabelece medidas de incentivo à pesquisa e à inovação e cria mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas na sua relação com as empresas. Quais outros mecanismos poderiam ser propostos no sentido de promover a inovação como estratégia de aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro?

Ciro Gomes: Não conhecemos os detalhes do Projeto de Lei da Inovação, mas simpatizamos com a iniciativa e a aplaudimos, até mesmo porque a idéia inicial partiu de um projeto do senador Roberto Freire, um homem experiente e de critério. As iniciativas que valorizem e consolidem as bases do que se convencionou chamar de “sistema de inovação”, reafirmaremos sempre o nosso apoio.

Para promover a inovação como estratégia de aumento da competitividade é preciso amplo e variado cardápio de atividades, programas e legislações. Medidas, nesse sentido, foram tomadas desde o início dos anos 90, e não se pode negar que algumas foram boas. O Brasil ganhou bastante com as legislações de incentivos dos anos 90, mas, pergunta-se, o que geraram na ponta do sistema? Pouco, muito pouco. Para aumentar o volume de resposta, defendemos uma ação concertada sobre o ambiente geral da inovação, que é a própria sociedade, com suas qualidades e defeitos. Os resultados não dependem apenas da política científica e tecnológica. Daí porque se C&T deficiente ofende a inovação, juros altos também ofendem a inovação. Se burocracia emperrada ofende à inovação, pouca pesquisa básica também ofende à inovação. E a falta de pesquisa na empresa inclui-se, igualmente, entre as ofensas à inovação. Esperamos que o citado Projeto de Lei da Inovação cubra algumas deficiências e seja mais um conjunto de elos que ative o processo geral da inovação.

■ **Pergunta nº 6:** Papel do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão de assessoramento do MCT criado em setembro de 2001 como um dos resultados da Conferência Nacional de CT&I

Ciro Gomes: O Centro é, em tese, boa proposta. Por sinal não é nova, porque existiu um centro similar destruído no período Collor. Um órgão de assessoramento que estuda, informa, examina opções e produz exercícios de futuro é necessário ao Governo e ao setor privado para que consiga viabilizar a inovação. Portanto, devemos esperar que se consolide e mostre resultados. Como se trata de uma instituição jovem, em formação, ainda não avaliada, pode até requerer algum tipo de ajuste fino. O importante é reter o princípio básico de que todas as instituições novas ou tradicionais que cumprem funções essenciais à inovação serão prestigiadas. As novas devem realizar funções complementares às das agências tradicionais, a exemplo do CNPq, CAPES e FINEP, referências importantes no fomento à inovação.

Do ponto de vista institucional, nossa percepção é de que o Brasil está com um elenco que guarda certa harmonia e boa complementaridade. Corrigindo o financiamento, completando as legislações que favorecem o esforço da inovação e ajustando os aspectos gerais da economia que afetam negativamente o emprego, a pesquisa e a sala de aula, o conjunto institucional produzirá mais e melhor.

os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Luiz Inácio Lula da Silva. Além destes, os candidatos José Serra, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta responderam a questões sobre temas que emergiram quando da realização da primeira etapa do Fórum. O resultado dessa reflexão com os candidatos bem como a contribuição de algumas das mais representativas entidades da Educação, da Ciência e da Tecnologia em nosso País são apresentados neste segundo volume.

A publicação dos dois volumes de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial* não pretende, certamente, esgotar o debate. No entanto, como lembra o reitor da Universidade de Brasília, UnB, Lauro Morhy, o objetivo maior do Fórum *Brasil em Questão*, de fomentar positiva contribuição à troca de idéias sobre os grandes desafios de nosso País, foi alcançado, ao tempo em que a UnB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido com toda a sociedade brasileira, abastecendo a indispensável e necessária transparência do debate político.

**Ciro Gomes • Anthony Garotinho • Luiz Inácio
Lula da Silva • José Serra • José Maria de
Almeida • Rui Costa Pimenta • ANDIFES -
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior • ABMES
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino
Superior • ABED - Associação Brasileira de
Educação a Distância • ABRUEM - Associação
Brasileira dos Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais • Carta de São Paulo -
4º Congresso Nacional de Educação - CONED**



9 788523 007058